



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE ETNODESENVOLVIMENTO**

ANA LAIDE SOARES BARBOSA

**RECONHECIMENTO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS DA
COMUNIDADE DE ESPÍRITO SANTO DO TAUÁ, SANTO ANTÔNIO
DO TAUÁ, NORDESTE PARAENSE**

**SOURE/PA
2019**

ANA LAIDE SOARES BARBOSA

**RECONHECIMENTO DOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS DA
COMUNIDADE DE ESPÍRITO SANTO DO TAUÁ, SANTO ANTÔNIO
DO TAUÁ, NORDESTE PARAENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Etnodiversidade, no Curso de Etnodesenvolvimento, Campus de Altamira, Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento.

Orientador: Prof^o. Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura

SOURE/PA
2019

Elaborado por:

Ana Laide Soares Barbosa
Como requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciatura e Bacharelado no Curso de Etnodesenvolvimento

Apresentado em ____/____/____

Banca examinadora

(Orientador)

(Membro)

(Membro)

SOURE/PA

2019

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Santo Antônio do Tauá – PA	15
Figura 2: Cartografia da comunidade de Espírito Santo do Tauá.	19
Figura 3: O Democrata, trata-se da agressão.	24
Figura 4: O Democrata, protesto contra a venda.	24
Figura 5: Nomeação do subprefeito da comunidade.	24
Figura 6: Protesto contra o desmembramento do município para um novo.	25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atividades	34
Quadro 2 - Reuniões e oficinas	36
Quadro 3: Trabalho de base para a criação dos núcleos	39
Quadro 4: Finalização do dossiê sobre o território artesanal de pesca.	41

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Contextualização do Município de Santo Antônio do Tauá – Nordeste Paraense	14
3. Contextualização da comunidade da Vila do Espírito Santo do Tauá	19
3.2 Características da Comunidade do Espírito Santo do Tauá	25
3.2.1 Características físicas	25
3.2.2 Características sociais	27
3.3 Território tradicional de pesca e os dilemas sócio-ambientais e territoriais	27
4. Problemática	30
5. Investimento na Amazônia	31
6. Justificativa	33
7. Objetivos.....	36
7.2 Objetivos específicos	36
8. Metas	36
9. Metodologia.....	37
9.1. Descrição das metas do Plano de Ação a serem realizadas.....	37
9.1.1 Meta 1: Parcerias	37
9.1.2 Meta 2: Mapeamento do território tradicional da pesca.....	39
9.1.3 Meta 3: Oficinas	40
9.1.4 Meta 4: Criação de Núcleos.....	41
9.1.5 Meta 5: Seminário.....	44
9.1.6 Meta 6/7: Elaboração do Documento/ Dossiê	46
10. Cronograma	47
11. Considerações Finais	48
REFERÊNCIAS	49
ANEXOS.....	52
ANEXOS I.....	53
ANEXOS II	54

AGRADECIMENTOS

Ao acordar no horário de sempre, entre as 5h e 6h da nova aurora, lembro que estou em isolamento por causa do coronavírus. Tento relaxar e adormeço. Nesse estado de adormecimento, encontro com minha avó após longo tempo sem vê-la. Eu a acompanhava para uma atividade de roça, ela iria buscar algo para cozinhar para um jantar que iria oferecer a algumas pessoas diferentes da nossa classe social.

Saímos em direção ao caminho da roça. Passávamos pelo quintal de uma casa onde os moradores estavam trabalhando com mandioca. Em seguida, passamos ao lado de uma casa de madeira de assoalho alto, abandonada, mas bem conservada. A uns 15 metros entre o quintal da casa e o caminho que dava acesso para a mata estavam duas onças pintadas de cor acinzentadas, deitadas, e se mordiam (parecendo brincar). Entendemos o perigo.

Ao vê-las, recuamos lentamente, com olhos fixos nas onças. Foi quando uma delas virou a cabeça em nossa direção e nossos olhares se encontraram. Saímos correndo, subimos a escada da casa abandonada, passamos pelo corredor em direção à porta da frente, que estava trancada com uma trava de madeira (tramela). Minha avó me alcançou logo em seguida. A tramela da porta estava apertada. Eu não conseguia abri-la com agilidade, e quando consegui, a onça que nos seguiu já estava no mesmo espaço que nós. Minha avó estava logo atrás. Em segundos consegui abrir a porta e descii as escadas, mas minha avó não.

Sabendo o que iria acontecer, corri para pedir ajuda na casa ao lado, onde trabalhavam com mandioca. A senhora mais velha (aparentava a idade e as características da minha avó, um pouco mais forte e cabelos lisos e compridos), saiu imediatamente para nos ajudar. Apanhou dois pedaços de paus e começou a bater um contra o outro ao lado casa. Aquele som ecoava diferente. A onça saiu de dentro da casa.

Entramos na casa. Minha avó sangrava no pescoço. Carreguei-a nos braços e fomos falando baixinhos enquanto descia as escadas. Ela me perguntava pelo meu pai: “— O Sales não recebeu sua aposentadoria, não foi? ”. Eu respondia sim. Ela dizia: “— Mas ele vai receber sua indenização, né? ”. Eu confirmei que sim. Ela continuou: “— Não deixem de ir nesse jantar. É muito importante”. Quando quis entender mais sobre o jantar ela adormeceu em meus braços.

Minha avó Nair fala a partir do outro mundo, dos encantados, dos ancestrais, onde estão as pessoas (incluindo ela, meu pai e a família de agricultores que nos socorre), os animais caçando suas presas (onça x humanos), o sangue, o jantar para seres desconhecidos,

a mata, o som, etc., ainda que tenha características do mundo daqui, ainda que expresse a realidade daqui (aposentadoria, indenização). Ainda assim, não é o mesmo. Mas tenho certeza que somos um todo: “Todos existimos porque existe tudo” (ESCOBAR, 2015. p. 97).

Este momento com a vovó indo para a mata atrás de alimentos para o jantar dos desconhecidos, me fez lembrar das minhocas (uma das comidas preferidas dos peixes) que papai mandava a gente tirar para iscar os anzóis, era umas das atividades que mais gostava de fazer. Outra vez ele saiu para lancear, estava escuro. Depois de uns 30 minutos estava de volta em casa, contando o que tinha acontecido: “... quando a gente estava saindo do porto, a uns 5 metros de distância, vi um rolo de cobra de quase meio metro de altura em cima da água, parecia uma surucucu. Voltamos bem devagarinho, sem fazer barulho na água. Senti que não era para ir pescar, poderia acontecer alguma coisa de ruim”.

Assim como minha avó, meu pai, minha mãe, meu avô, seus companheiros (as) conheciam bem o nosso território e seus diversos mundos (matas, várzeas, terra, rios e mar) o material e o imaterial. Escobar (2015) nos fala como humanos e não humanos manejam as relações sociais e se comunicam naturalmente a partir de seu território. É neste espírito que trago presente a minha gratidão aos meus parentes territoriais. Sem seus conselhos, práticas, sabedorias e visões múltiplas não seria possível eu estar aqui.

Porém, o cuidado de minha mãe com minha saúde e, formação foram fundamentais para meu crescimento humano. Hoje, quando nos reunimos costumamos dizer que fizemos o inverso, os filhos garantiram o cuidado dos manos, da casa e do trabalho para que nossa mãe estudasse. Sempre guerreira, enfrentou muitos desafios, mas concluiu sua graduação em educação religiosa. Um esforço coletivo de toda a família, de nossos pais (Francisco Sales Barbosa e Rosinete Soares Barbosa), irmãos (Wanderley, Ronaldo, Adriano, Francisco, Wallace, Rosevan, Alisson, André, Naiana e eu), minhas tias e tio.

Um dos meus sonhos de criança era estudar, até não ter mais o que estudar, mas eu achava que era só passar de série e chegar até a última. O sonho foi interrompido por causa de nossa realidade social e financeira. Não foi possível continuar os estudos após concluir o ensino médio. Com muito sacrifício dos meus pais, e a contribuição do Pe. Jaime Pereira e Ir. Áurea Marques (paróquia do Tauá) fiz um curso intensivo de teologia. Passaram-se anos, tempo. Em 2016, passei no curso de graduação voltado para povos e comunidades tradicionais, Curso em Etnodesenvolvimento, na UFPA.

Voltar a estudar foi um presente prazeroso. Conhecer as professoras do Curso do

Etno foi gratificante. Cada uma me conduziu a novos conceitos, diversidades, pluralidades, nos embates entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico.

As Professoras Francilene Parente, falando das identidades dos povos que a antropologia discute; Eliane Faria, fortalecendo as casas de memórias das comunidades e povos tradicionais a partir da arqueologia; o professor Gustavo Moura, buscando conosco colocar em prática a ideia de Etnodiversidade em nossas comunidades; o professor Reinaldo Marchesi, motivando-nos ao envolvimento nas nossas escolas, principalmente no projeto político pedagógico e a professora Rosa Acevedo, falando-nos da Amazônia a partir de uma nova cartografia.

Meu apreço e gratidão a todos e todas, incluindo as que não estão nominadas neste trabalho, mas que no seu conteúdo estão presentes, e compuseram esse meu território imaginário e memorial. Principalmente ao meu orientador Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura. Gratidão!

RESUMO

O Plano de Ação aqui apresentado é a consolidação entre a conclusão do Curso em Etnodesenvolvimento e o prosseguimento das demandas surgidas no decorrer dos Tempos Comunidades (TC) dos pescadores e pescadoras da comunidade pesqueira da Vila do Espírito Santo do Tauá, município de Santo Antônio do Tauá /Pará, litoral amazônico. Tem como objetivo produzir elementos, por meio das atividades agendadas, para apresentar um dossiê sobre o território tradicional de pesca almejando seu reconhecimento. Buscar-se-á evidenciar os conhecimentos tradicionais, teóricos e práticos nesse processo de construção almejando o entendimento sobre o conceito de território pesqueiro dessa comunidade, num diálogo de saberes. É o que se pretende neste trabalho. Será um desafio a sequência do mesmo em plena pandemia, porém é um tempo propício para aprofundar a relevância que está posta neste plano. De um lado, o conceito de território baseado numa economia de exploração dos bens naturais, petrolíferas, mineração e acumulação; de outro, a construção de territórios a partir das práticas e saberes tradicionais, fundamentados no conhecimento ancestral. Envolver órgãos institucionais de fiscalização e gestão ambiental, de direitos humanos, academia e a sociedade civil, é premissa para a viabilidade do plano de etnodesenvolvimento na comunidade.

Palavras-chaves: Território Tradicional de Pesca; Conhecimentos Tradicionais; Ancestralidade

ABSTRACT

The Plan of Action presented here is the consolidation between the conclusion of the Course on Ethnodevelopment and the continuation of the demands that arose during the Tempo Comunidades (TC) of the fishermen and fisherwomen from the fishing community of Vila do Espírito Santo do Tauá, municipality of Santo Antônio do Tauá / Pará, Amazonian coast. It aims to produce elements, through the scheduled activities, to present a dossier on the traditional fishing territory aiming at its recognition. We will seek to highlight the traditional, theoretical and practical knowledge in this construction process aiming at understanding the concept of fishing territory in this community, in a dialogue of knowledge. This is what is intended in this work. It will be a challenge to follow it in the middle of a pandemic, but it is a favorable time to deepen the relevance that is placed in this plan. On one hand, the concept of territory based on an economy of exploitation of natural, oil, mining and accumulation goods; on the other, the construction of territories through traditional practices and knowledge, established from ancestral knowledge. Involving institutional bodies for inspection and environmental management, human rights, academy and civil society is a premise for the viability of the ethnodevelopment plan on the community.

Keywords: Traditional Fishing Territory; Traditional knowledge; Ancestrality

1. Introdução

1.1 Da pesca à Universidade: seguindo o rastro do tempo

O curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará – UFPA, *Campus* Universitário de Altamira, com turma flexibilizada no *Campus* de Soure (Ilha do Marajó), é específico para povos e comunidades tradicionais. Nossa turma de Soure foi composta por: quilombolas e indígena (municípios de Salvaterra, Barcarena, Gurupá e Baião), agricultores e agricultoras (municípios de Currálinho, Igarapé-Miri e Muaná), extrativistas da reserva extrativista de Mapuá (município de Breves) e pescadores e pescadoras (municípios de Santo Antônio do Tauá e Igarapé-Miri).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o mesmo faz parte do processo das políticas afirmativas Lei 10.639/03 para povos originários e comunidades tradicionais. Sua metodologia é a pedagogia da alternância, com regime seriado. As atividades acadêmicas são realizadas nos Tempos Universidade (TU) e nos Tempos Comunidade (TC), contemplando os conteúdos curriculares das disciplinas iniciadas durante as etapas presenciais dos TU aprofundadas nas comunidades “ou tempo/espaco-comunidade” (TC) e “vinculadas às atividades curriculares das disciplinas que estão organizadas em um eixo (diversidade cultural) e oito núcleos” (PPC, 2008. p. 10).

Os núcleos são: Sistemas de Saúde, Educação, Direitos Humanos, Sociedade e Meio Ambiente, Identidades, Nação e Território, Linguagens Étnicas e Desenvolvimento e Sustentabilidade. Além desses oito núcleos, há também atividades complementares. As políticas de Pesquisa e Extensão do curso, visam integrar docentes e discentes em interesses demandados pelas comunidades de origem dos discentes. (PPC, 2008.p.11)

As narrativas descritas neste trabalho sobre o conhecimento dos territórios tradicional da pesca da Vila do Espírito Santo do Tauá – município de Santo Antônio do Tauá, nordeste do Pará, foram produzidos coletivamente por nossa comunidade pesqueira, inserindo famílias, parceiros e parceiras de atividades, interlocutores e interlocutoras dos Tempos Comunidade (TC). Enquanto acadêmica do referido curso, coube elaborar este trançado entre dois universos, a saber: o conhecimento tradicional e o conhecimento científico (uma das premissas do Curso de Etnodesenvolvimento).

O primeiro, conhecimento tradicional, tem como ponto de partida as experiências e práticas da nossa comunidade, fundamentadas em nossas ancestralidades, numa cultura ecológica que há gerações vem conservando nossos modos de vida, manejando os ecossistemas do nosso território. Aprendemos com nossos pais, nossos antepassados e a

comunidade a produzir em nosso território através dos conhecimentos e práticas tradicionais: saber conhecer, saber curar, saber fazer e sentir (cosmologia); através da relação intrínseca com a mãe natureza conhecemos o ciclo de vida das espécies de peixe, outros animais, plantas e florestas, sua alimentação e nutrientes, conhecemos os cosmos, os ventos e sua influência nas atividades da pesca. Nossa concepção cíclica do tempo, nos fez criar nossos próprios calendários ecológicos, etc. (MOURA, 2014; DIEGUES, 1999; TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009).

O segundo, conhecimento científico, discute essas categorias (território tradicional como produção de conhecimento, ecologia, tempo, economia e cosmologias) como espaço epistêmico é produzido por modalidade de conhecimento, está inserido na perspectiva integradora do conceito de território. (MOURA, 2014; HAESBAERT, 2011; TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2009).

Os produtos dos TC: diagnósticos da realidade, senso, levantamento dos principais problemas relacionados aos direitos básicos da comunidade (saúde, educação, cultura, alimentação, transporte, direito do idoso, da criança e adolescente e das mulheres, saneamento básico, entre outros); os conflitos internos e externos sobre o território. Suas potencialidades na medicina caseira, suas culturas, modos de vidas e as memórias ancestrais. Estes produtos contribuíram significativamente neste trabalho.

Produzi diagnósticos sistematizados nos seis relatórios que descrevi, fonte de reflexão e produção de novos conhecimentos e adaptações nas atividades extrativistas (coleta do açaí, andiroba, sementes, leites vegetais, frutos, etc.), agricultura, na fabricação dos materiais (matapi, paneiro, etc.) antes feitos de talas e cipós, hoje feitos de plásticos. A pesca é outro exemplo dessa mudança, hoje pouco se usa os conhecimentos tradicionais como a influência da lua, estrelas, do plume, entre outras técnicas para localização dos pontos de pesca, dos cardumes. Segundo o pescador Fábio Delgado (pescador dessa nova geração), “hoje não precisa da lua, das estrelas, porque o celular faz isso”.

Mesmo que se utilize as novas tecnologias para auxiliar esses conhecimentos, estas não substituíram nossos saberes coletivos e individuais, ao contrário, elas somam e comprovam a eficácia dos mesmos nas informações quantitativas e qualitativas, principalmente quando as novas tecnologias falham.

A metodologia que utilizei nas pesquisas foram formulários com informações e perguntas direcionadas às temáticas dos componentes curriculares do curso (educação,

saúde, cultura e memória da comunidade, gênero, entre outras), elaboradas pelos docentes do curso Etnodesenvolvimento nos TU.

Durante os Tempos Comunidade e o Iniciação Científica, estudei e dialoguei com 14 interlocutores entre 1h a 3h de conversas e entrevistas, perfazendo um total de 28h, os quais direcionei aos pescadores (as) (meu grupo de pertença), lideranças, mulheres, negros, idosos, pajés, parteiras, benzedeiras, puxadeiras, filhas de santos, professores (as), peconheiros (apanhadores de açaí), agricultores (as), pessoas de orientação sexual, jovens e crianças. Grupos historicamente marginalizados na sociedade.

As narrativas descritas em meus TC foram contadas por especialistas tradicionais que puxaram por suas memórias, silenciosas ou silenciadas, há muitos anos que, na expectativa de serem úteis, as fizeram com satisfação. Sobre memória silenciada o pesquisador Michael Pollak (1986) escreve:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1986, sn).

Para Pollak, a memória é uma forma de resistência, mesmo no estado silencioso. E foram essas memórias guardadas que trouxeram as riquezas da nossa vila, trazendo seu passado como uma forma de sustentar o presente para preparar o futuro, enquanto pesquisadora e pesquisada formada no Curso de Etnodesenvolvimento.

Neste trabalho, estou trazendo a autoetnografia (VERSIANI, 2008) enquanto método que estabelece um regime de trabalho de campo a partir de uma relação estabelecida de pertencimento autorreflexivo e autoinclusivo, pois é minha base fundamental por eu ser pertencente à comunidade tradicional em questão.

Outro método que utilizei foi o da pesquisa - ação, no qual os interlocutores e o pesquisador (a) estão em situações idênticas (pesquisador / participante) Franco (2005). Essa metodologia conduz os envolvidos a ter consciência das mudanças em si do que está sendo pesquisado, Franco (2005) “Daí a ênfase no caráter formativo dessa modalidade de pesquisa, pois o sujeito deve tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio e no processo”.

Os métodos de coletas de dados que usei na pesquisa foram: observação relacional, entrevistas semiestruturadas, e entrevista informal. Sendo esta última em que há falta total

de controle ou estrutura, e a que mais se aproxima de uma conversa normal (Barros, 2012). Os instrumentos usados foram: diário de campo, aparelho celular, cartolinas e esferográfica.

Essas ferramentas foram fundamentais para obter os resultados dos TC, elucidando os conhecimentos, as vivências, valores, os modos de vida, sentimentos, as crenças nos encantados e sua simbologia. Assim como evidenciar as pautas propostas pelos pescadores e pescadoras: conflitos internos pelo espaço de pesca; conflitos externos, megaprojetos (petrolíferas, mineração, portos, empresas de pesca, investimento para a pesca artesanal, reconhecimento por parte do estado dos territórios tradicional de pesca); degradação ambiental, entre outros.

É gratificante sair da pesca para a universidade. Exercer o papel de pesquisadora na pequena vila de pescadores onde nasci e me criei, no seio de uma grande família, descendentes de escravizados e indígenas, misturados com pobres portugueses, cuja atividade destes eram a pesca e a agricultura. Descobri pelo curso do Etnodesenvolvimento que sou o seu próprio currículo e sua pedagogia e que hoje, como acadêmica do curso, tornei-me pesquisadora.

Construir esse Plano de Ação é resultado das investigações dos TC, dos projetos de pesquisa de Iniciação Científica voltados para o nosso território tradicional de pesca e para a participação e o protagonismo da comunidade, orientados pelos TU, que contextualizou a realidade da comunidade, problematizando seus desafios e paradigmas, construindo coletivamente as soluções e alternativas, o que deu origem ao referido Plano de Ação a partir do conhecimento tradicional e científico.

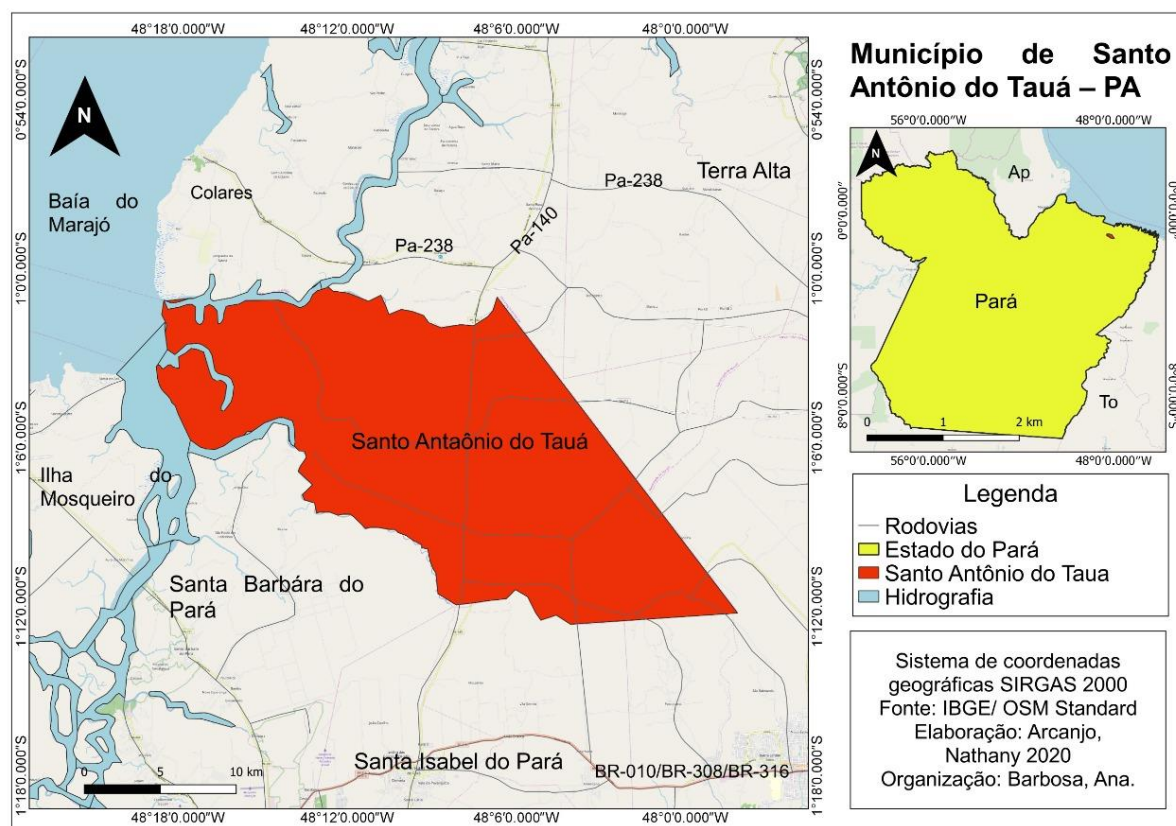
A finalidade do referido plano é dar visibilidade aos problemas que nosso território vive hoje (descritos acima), almejando solucioná-los através do seu reconhecimento integrado na perspectiva do conceito de Etnodesenvolvimento, pautado em uma noção operacional de disputa pelo modelo de desenvolvimento, buscando a valorização dos povos e comunidades tradicionais para reconhecimento e apropriação dos territórios, dos recursos naturais e por instâncias sociais (repartições públicas); possibilitando, assim, impor barreiras ao processo de desenvolvimento calcado na concepção capitalista, no acúmulo de riqueza e no poder.

2. Contextualização do Município de Santo Antônio do Tauá – Nordeste Paraense

O município de Santo Antônio do Tauá está localizado na microrregião do salgado, região nordeste do estado do Pará, Amazônia brasileira, na coordenada geográfica: 01°09'06

e 48°08'00"WGr. A área do município é de 539Km² e sua população está estimada em 29.000 habitantes (IBGE 2016). Limita-se ao norte com o município de Vigia de Nazaré, Colares e São Caetano de Odivelas; a leste, com o município de Castanhal; a oeste com o município de Santa Bárbara do Pará e ao sul, com o município de Santa Izabel do Pará.

Figura 1: Localização do município de Santo Antônio do Tauá – PA



Fonte: Google Maps (2019).

A primeira tentativa de constituir o município, através da Lei nº 1.127, de 11 de março de 1955, foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nesse mesmo ano. O governo do estado do Pará, no ano de 1956, tornou insubsistente o desmembramento. No ano de 1961, Santo Antônio do Tauá emancipou-se de Vigia de Nazaré e João Coelho através da Lei Estadual nº. 2.460/61 de 29 de dezembro de 1961, oficializada pelo então governador Sr. Aurélio Corrêa do Carmo em 04 de abril de 1962. Desde então, a comunidade Espírito Santo do Tauá pertence ao município de Santo Antônio do Tauá, com as mesmas características econômicas produtivas desde 1963, passando a ser a comunidade mais importante do município por ter sua economia baseada no agroextrativismo (BRIOSO, 1976), especialmente na pesca. Há estudos que apontam

diversos grupos étnicos que já ocupavam a Amazônia antes da chegada dos europeus. Pereira (1914) afirma que

[...] os vestígios encontrados, pinturas rupestres e cerâmicas nos ajudam a conhecer um pouco da vida dos povos que habitavam a região até 11.200 anos atrás. Quando os europeus chegaram, encontraram uma enorme quantidade de grupos étnicos organizados com uma cultura própria, da qual herdamos muitos costumes como, por exemplo, o uso da mandioca e a confecção da cerâmica, artesanatos e a viver em consonância com a natureza além da culinária, pesca, agricultura, entre outros. Contudo, esses povos, nomeados indígenas, foram escravizados pelos europeus. [...] As invasões foram movidas pelos interesses nas riquezas escondidas nas florestas, principalmente as chamadas “drogas do sertão”¹ conjunto de especiarias de grande valor para os europeus [...] (PEREIRA, 1914, p. 80).

As terras que atualmente pertencem ao município de Vigia de Nazaré eram ocupadas por povos indígenas da etnia Tupinambá. Com a chegada dos invasores portugueses, esses povos foram expulsos de seus territórios, muitos foram escravizados e submetidos ao trabalho nos engenhos de açúcar e outros foram mortos. Segundo Ildone (1991), havia aldeias compostas por 230 indígenas, todos trabalhadores, e com organização política e social bem definida. Além disso, os portugueses eram os responsáveis por conceder as cartas sesmarias às comunidades, conforme confirmam no trecho do documento cedido pela Igreja Católica do município citado. Segue em Apêndice o documento completo.

Ao mesmo tempo em que se preocupava com a “questão do índio”, a coroa portuguesa estimulava a ocupação. Nos rios Tauá e Bituba a ocupação por meio de sesmarias (cartas de doações de terras dadas pelo império Português) teve início em 1709, com doação de terras ao vigiense Francisco de Melo Palheta, conhecido como introdutor do café no Brasil. Sesmarias foram doadas, também, nos rios de Vigia (furo da Laura), Tauá → Jejú e Maracanã, na Baía do Sol e no Igarapé Patauateua os sesmeiros no geral eram portugueses e seus ascendentes que tinham interesse de implantar roçados de cacau, tabaco, algodão, laranja, mandioca e outros gêneros [...] (RAMOS, 1970, p. 1).

Há informação de que a região, ao norte do município, foi caminho dos cabanos² no século XIX, movimento de resistência importante que ocorreu na região Norte, organizado pelos povos oprimidos, despossuídos e escravizados contra a tirania dos portugueses, mesmo

¹ Cravinho, cominho, cacau, pimenta do reino, entre outros.

² A Cabanagem (que não deve ser confundida com a Cabanada) foi uma revolta do período regencial ocorrido no norte do Brasil, mais precisamente na antiga província do Grão-Pará, que reunia, à época, os atuais estados do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima e Rondônia. A província do Grão-Pará era à época do governo regencial, a mais ligada ao antigo governo colonial português. Isso faz com que tanto o governo quanto a própria sociedade não reconheçam de pronto a independência proclamada por Dom Pedro I em 1822. Essa revolta tinha como grandes objetivos aumentar importância do Pará no governo central brasileiro e enfrentar a questão da pobreza em que estava o povo da região, cuja maior parte morava em cabanas de barro (daí o nome da revolta). <http://www.infoescola.com/historia/cabanagem/>

após a independência do Brasil. Para atingir a capital do estado, os cabanos utilizavam-se dos rios ali existentes (Umbituba e Tauá), bem como dos caminhos que foram abertos, nos quais surgiram diversas povoações.

Quando os cabanos se instalaram nas matas do município de Vigia e Vila de São Raimundo dos Borralhos, neste município, para chegarem até a capital do Estado, usavam os rios e por via terrestre, fizeram caminhos para só usarem a via fluvial a partir da Vila do Espírito Santo do Tauá e circunvizinhanças. [...] As vilas de São Raimundo dos Borralhos e Espírito Santo do Tauá, que naquela época não passavam de minúsculos povoados, serviram de paragens aos cabanos quando no empreendimento da sua viagem à Belém do Pará. [...] Na localidade atual de Fortaleza do Tauá, às margens do rio Tauá-Jeju, foi ainda no século passado, doado uma enorme área a uma escrava cabana, que motivou o início propriamente da hoje então Fortaleza do Tauá (BRIOSO, 1976 p. 62).

Historicamente, em 1890, alguns espanhóis vieram para o estado do Pará. O então governador, José Paes de Carvalho, objetivando povoar e incrementar a agricultura nesse território, cedeu-lhes uma área de terras, nas expectativas de que os recém-chegados a explorassem e a cultivassem. Para isso, mandou construir três barracões que lhes serviram de alojamento e também lhes supriu de mantimentos até aguardarem a colheita dos produtos. Ou seja, o governo do estado, na tentativa de colonização do município, incentivou os espanhóis. Entretanto, a permanência desses espanhóis foi de curta duração, restando somente os três barracões.

Em 1901, deram entrada na capital do estado inúmeras famílias nordestinas chefiadas pelo major potiguar Manoel Cornélio Barbosa Cordeiro Peixoto, fundador da cidade. Na ocasião, pleiteou e obteve do governador Augusto Montenegro a mesma área de terras, antes doada aos espanhóis. Como consequência da implantação da agricultura e de um engenho de açúcar, a localidade desenvolveu-se, vindo a adquirir categoria de município, em 1961. (IBGE, 2017).

A criação do município trouxe alguns serviços básicos à nossa comunidade, a saber: acesso à educação básica (a escola era estadual e sua administração também), acesso à educação fundamental (5ª a 8ª séries); posto de saúde com atendimentos básicos, assistido por uma enfermeira. Na cidade, os comunitários contavam com posto de saúde com médico e dentista, água encanada que abastecia as torneiras através de uma caixa d'água (no início, o sistema de água funcionava de forma comunitária, ficando uma torneira em pontos estratégicos para beneficiar os moradores), estrada asfaltada e transporte da prefeitura para os estudantes.

Outras estruturas vieram com a fundação do município para a comunidade como o mercado de peixe, o trapiche o coreto e o motor de luz (gerava energia das 18h às 21h). Vale

ressaltar que a energia elétrica, a escola e o transporte escolar foram lutas dos próprios moradores organizados através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), movimento que surge a partir da teologia da libertação na Igreja Católica. A seguir apresento o desenho da cartografia escolar da comunidade.

3. Contextualização da comunidade da Vila do Espírito Santo do Tauá

Figura 2: Cartografia da comunidade de Espírito Santo do Tauá.



Fonte: Ana Laide S. Barbosa, e Adriano S. Barbosa acadêmicos do Etnodesenvolvimento.

A proposta da elaboração da cartografia³ escolar da comunidade de Espírito Santo do Tauá surgiu como uma ferramenta para a construção do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, na perspectiva de um diálogo com a realidade local a partir dos alunos. Foi uma construção coletiva e interrelacional entre alunos e seus territórios, explorando seus conhecimentos nos aspectos, físicos, ambientais, econômicos, políticos, culturais e cosmológicos.

Assim, começamos a fazer um painel dos saberes e fazeres da comunidade, partindo de palavras-chaves (cultura, cosmovisão, economia, terra/território, educação, saúde, extrativismo e outras) e fomos reproduzindo as legendas, as derivações e sua localização na cartografia. A base estrutural foi o rio. O elemento “água” gerou todos os desenhos, espaços e tempos na cartografia. O tempo de colheita, de pesca, de plantio, de fazer remédios, o tempo dos encantados, dos santos... Enfim, dessa forma, a cartografia foi criando jeito e corpo.

Foi uma interação entre os métodos usados em salas de aulas no estágio (trabalhos de grupos e individuais sobre os temas ligados a comunidades, pesquisas de campo, observações, ouvir histórias contadas pelos mais idosos da comunidade, seminários, exposições de trabalhos, aulas práticas e expositivas, entre outros), nos (TU) e (TC) que geraram a pedagogia da cartografia, materializando nossa oralidade e vivências.

Os conhecimentos do saber: nossas memórias, histórias, culinárias, do sentir, das plantas e ervas, do respeitar, do fazer (prática): farinha, beiju, açaí, tucupi, festas, rituais, celebrações, esporte, artesanatos, remédios caseiros, etc. O saber e o fazer foram os temas que iniciaram essa cartografia trazendo elementos importantes sobre a comunidade, a saber:

Conflito territorial: ao observarmos os desenhos da cartografia, vemos as cercas. Elas estão posicionadas ao fundo e na lateral da comunidade. Essas terras foram sendo invadidas por fazendeiros, gerando conflitos entre os moradores e os invasores. Terras que antes eram destinadas às roças dos moradores, aos poucos foram sendo cercadas e dando lugar ao gado e às granjas.

Degradação ambiental: onde hoje são fazendas, antes eram matas com árvores nativas, taperas frutíferas e muitas nascentes de água doce, hoje está tudo transformado em

³ Cartografia Elaborada para fins educacionais da disciplina de Estágio de Docência do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Faculdade de Etnodiversidade da UFFA. Orientador do estágio Reinaldo de S. Marchese / Estagiária: Ana Laide Soares Barbosa e Adriano Soares Barbosa / Autores: estudantes das turmas do 6, 7º, 8º e 9º anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Solano Rayol Pereira.

capim. A margem direita do Rio Tauá (à frente da Vila) não tem mais as matas ciliares, a derrubada destas fica na responsabilidade da prefeitura, que acha que paisagismo é a retirada da mata ciliar. Com a derrubada da mata ciliar e a abertura das ruas (sem pavimentação), desencadeou a erosão secando as nascentes de olhos e poços d'água na frente da comunidade.

Cosmologia: representada nos símbolos dos encantados (boto, cobra grande, Iara, espaços sagrados no rio, na mata), nas festas de santos, igrejas.

Rios: percebemos que os rios têm muita influência na vida da comunidade, é de onde se retira boa parte da alimentação saudável para a comunidade, além das espécies de peixes, camarão, caranguejo, caramujo, etc. Como de sua várzea com a coleta do açaí, cipós, sementes oleaginosas e outros. É um importante espaço de lazer também para nós.

Esses elementos da cartografia são um breve resumo do panorama da realidade local mais atual, quiçá o primeiro desenho da comunidade e seus territórios. Outros temas podem ser explorados, a exemplo da educação, da economia, cultura e das nossas potencialidades. Estes iremos ver com maiores detalhes à frente, descrevi apenas as motivações que levaram à construção da cartografia, que envolveu vivências, práticas, religiosidades, saberes do povo local circulando as dimensões materiais e imateriais.

3.1. História da fundação da comunidade

A comunidade ganhou o nome de Espírito Santo com a vinda dos portugueses, pois até então a mesma era conhecida como Vila do Pregó, primeiro nome dado à comunidade no final do século XVI; Vila do São Tomé, por volta do século XVII; Rio Tauá, em meados do século XVII e Tauá, no final do século XVIII (dados: Museu de Santo Antônio do Tauá e recortes dos jornais O Democrata e A República). Os portugueses formaram duas vilas nas proximidades da comunidade Baianas Grandes (Itajuba) e São Estevão (Santo Estevão). Com o passar do tempo, deslocaram-se para a margem direita do rio Tauá, onde já estava uma família de pescadores que tinha o sobrenome Pregó, origem do primeiro nome da comunidade. Os indígenas que habitavam a região, e provavelmente foram escravizados, eram da etnia Tupinambá, como mostra o terceiro parágrafo do livro de José Ildone “[...] há na região registro de indígenas da etnia Tupinambá, que foram expulsos de seus territórios com a chegada dos portugueses, por volta de 1534, já habitavam o lugar onde existe a cidade de Vigia de Nazaré, aldeias compostas por duzentas e trinta pessoas” (ILDONE, 1991, p.5).

Quando os portugueses vieram da cidade de Vigia de Nazaré para a comunidade, os índios e os negros estavam na condição de sujeitos escravizados. A formação da comunidade de Espírito Santo do Tauá se deu a partir desses povos. Os moradores mais velhos relatam que alguns desses portugueses, índios e negros permaneceram nas vilas próximas da comunidade, formando as famílias tradicionais de hoje, que têm como sobrenomes: Soares, Costa, Silva, Cardoso, Pantoja e Correa.

Com o relato memorial dos mais idosos da comunidade (TC)⁴, é possível perceber que o povo da etnia Tupinambá deu origem a várias comunidades de nossa região e uma dessas comunidades é a Espírito Santo do Tauá. Ildone (1991), sobre os Tupinambá, informa que, “[...] segundo antropólogos e historiadores, eram trabalhadores, amigáveis, tinham organização política e social bem definida” (ILDONE, 1991, p 6).

Isso mostra que os povos da região foram maltratados pelos invasores, mais precisamente pelos portugueses, que se autoproclamavam superiores e faziam imposições a esses povos que, mesmo sofrendo, buscaram refúgio em outros lugares, à procura de redefinição do seu espaço e modo de vida.

Não há registro preciso da data de fundação da comunidade, só o relato das pessoas idosas que ainda vivem na mesma. Segundo o relato do senhor Benedito Correa dos Santos (interlocutor do TC), a comunidade fazia parte do município de Vigia de Nazaré, que hoje tem mais de 400 anos. Então, diz o senhor Benedito, “nossa comunidade existe entre 300 e 350 anos, pelo menos”.

Sr. Benedito explicou também que a origem da comunidade tem relação com os povos já mencionados (Tupinambá, cabanos, portugueses e pretos (as) escravizados (as)). Tais relações se deram pelo contato dos nativos da região com os portugueses que chegaram pelo rio Tauá, entraram no afluente Umbituba e se localizaram às margens esquerda do mesmo. Trouxeram com eles pessoas de cor negra na condição de escravo, onde formaram as duas vilas citadas acima; de lá, saíram quatro famílias: Soares, Pantoja, Correa e Barata,

⁴ Regime de alternância, com momentos presenciais em sala de aula, no *Campus* de Soure, e momentos nas comunidades às quais pertencem os estudantes nele matriculados. Os momentos presenciais Tempo Universidade - TU (ou tempo/espaço-universidade) terão duração de dois meses e um terá duração de um mês. Durante os períodos presenciais serão trabalhados os conteúdos das disciplinas, e a parte prática delas, incluindo as práticas pedagógicas, poderá ser trabalhada tanto no tempo Universidade como no tempo-comunidade - TC. A cada início de tempo-universidade, deverá ocorrer o tempo-retorno (TC), em que os discentes deverão apresentar aos docentes responsáveis pelas atividades curriculares do período letivo anterior os trabalhos realizados durante o tempo-comunidade (TC).

que vieram para a margem direita do rio Tauá. Ali já estavam os primeiros moradores, as famílias Prego, Costa e Silva.

O segundo grupo familiar deu origem ao segundo nome, Vila do São Tomé, em homenagem ao santo de devoção católica, que também deu nome a um igarapé do qual as pessoas retiravam água. Depois foi dado o nome Rio Tauá e depois, Tauá. A família de sobrenome Prego, que vivia à margem direita do Rio Tauá, mais tarde foi expulsa pelas famílias que vieram do Itajuba e de Baiano, (Soares, Pantoja, Correa e Barata). Durante o conflito, houve várias mortes por disputa de território, que já era ocupado pela família Prego.

Somente por volta de 1800 chegou à Vila uma imagem do Espírito Santo, com a influência da Igreja Católica, que passou à categoria de Comunidade do Espírito Santo do Tauá (Benedito Correa, TC 2014, p. 3). As histórias e acontecimentos falados pelos mais velhos da comunidade apontam para a existência dos povos mencionados anteriormente, os pontos positivos e a construção da comunidade.

O senhor Antônio da Costa contou que seus antepassados chegaram pelo Rio Tauá. Em seu relato, expressa os ganhos obtidos, mas também a violência e a fartura existente na comunidade, bem como visitas de autoridades:

Aqui na vila já foi visitada por muitas autoridades, um deles que não saía daqui era o governador do Pará Magalhães Barata. Ele gostava muito daqui, antes aqui tinha delegacia de polícia, tinha sapataria, cartório, lojas de roupas e cortes, alfaiate, padaria e foi a primeira vila que pertencia a Vigia a ser asfaltada, nem Vigia era asfaltada, aqui tinha muita coisa, era muito bom, era farto de muito peixe, tinha muita canoa, mas também era muito violento, tinha muita morte; o pessoal era brabo e resolvia tudo na faca. Essa Vila é muito velha, eu tenho quase cem anos (Entrevista concedida pelo sr. Antônio da Costa, TC, 2014, p 1).

As entrevistas concedidas pelos mais velhos confirmam o que muitos outros idosos de comunidades vizinhas falam e até mesmo jornais da época: a vila foi uma subprefeitura de Belém, ponto estratégico de embarque e desembarque de produtos da pesca, extrativismo vegetal (madeira), passagem da revolta da Cabanagem Pasquale (1939) e lugar de muitos conflitos, como mostram os recortes dos jornais A República e o Democrata, de 1892 e 1893. Anúncios de conflitos e protestos na comunidade, antes chamado lugar Tauá, rio Tauá e hoje, Espírito Santo do Tauá, indicam proximidade com os relatos dos mais velhos. Conforme figuras 4, 5, 6 e 7 a seguir.

Figura 3: O Democrata, protesto contra a venda.

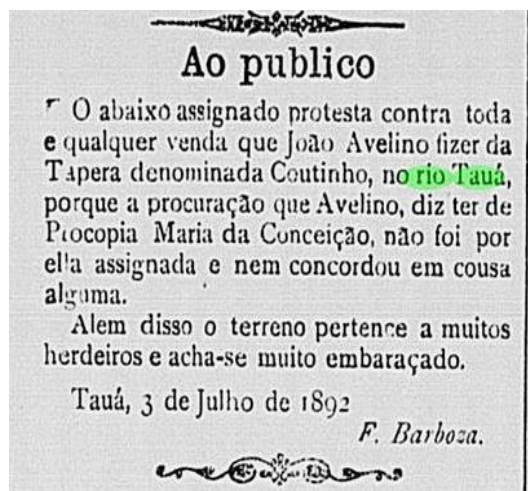
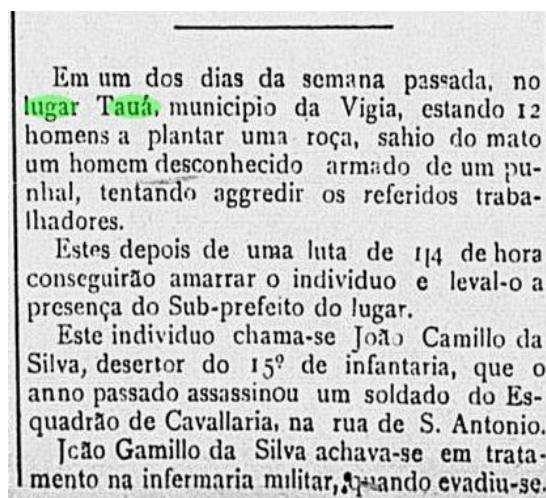


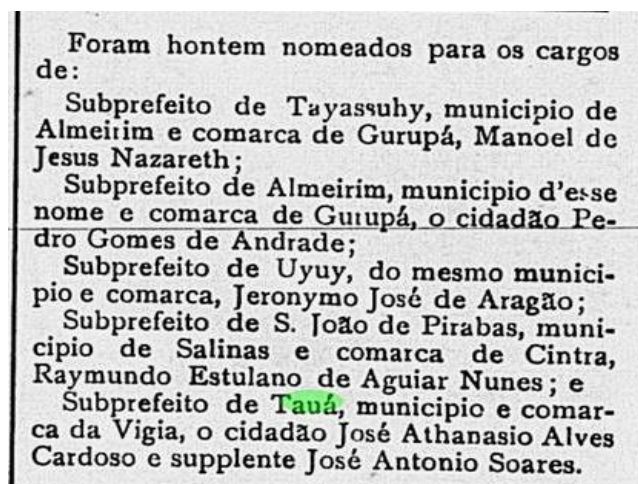
Figura 5: O Democrata, trata-se da agressão.



Fonte: Museu do S. Antônio do Tauá (A República, 1892, O Democrata 1893).

Na região, como mostra o recorte do jornal Folha do Norte, abaixo, é anunciada a nomeação do subprefeito e de seu suplente na comunidade que hoje chama-se Espírito Santo do Tauá.

Figura 6: Nomeação do subprefeito da comunidade.

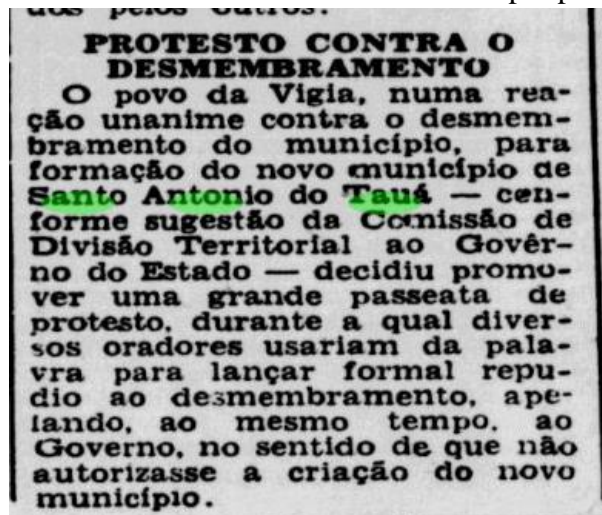


Fonte: Museu do S. Antônio do Tauá (Folha do Norte, 1897).

Com a vinda dos migrantes nordestinos para a região onde hoje é o município de Santo Antônio do Tauá e a exploração dos recursos naturais, principalmente a madeira, o palmito e a argila, a comunidade passou a viver não só da agricultura e pesca, como também da exploração desses recursos, o que culminou, mais tarde, na escassez de alimento, por deixarem de plantar suas roças. Houve, com a implantação de serrarias, olarias, conflitos na

região com as tentativas de criação do município de Santo Antônio do Tauá, como mostra o recorte (REC-T-0085 1955).

Figura 7: Protesto contra o desmembramento do município para um novo.



Fonte: Museu do S. Antônio do Tauá (Diário de Notícias, 1955).

No ano de 1961, as terras que pertenciam à Vigia de Nazaré passaram a pertencer a Santo Antônio do Tauá, que se emancipou (de Vigia de Nazaré), através da Lei nº. 2.460/61, oficializado pelo então governador, Sr. Aurélio Corrêa do Carmo, em 1962. Desde então, Espírito Santo do Tauá pertence a esse município, com as mesmas características econômicas produtivas desde 1963, passando a ser a comunidade mais importante do município por ter sua economia baseada na pesca e no agroextrativismo (BRIOSO, 1976).

No que diz respeito à pesca, agricultura e extrativismo, pude observar, no relato do senhor Benedito, que todas as famílias da comunidade tinham alguma relação com essas atividades. A pesca era a atividade de maior relevância por ser a mais praticada economicamente, a agricultura seguia a mesma relevância da pesca, o extrativismo também era para autossuficiência, pois coletavam frutos, castanhas, cipós, açaí e outros produtos somente para alimentação e construção de apetrechos de pesca, como cipós e talas. Estes relatos evidenciam a necessidade do reconhecimento do território pesqueiro.

3.2 Características da Comunidade do Espírito Santo do Tauá

3.2.1 Características físicas

Nossa comunidade está localizada à margem direita do rio Tauá e, aos fundos, por um braço do rio Umbituba, afluente do Tauá; este, deságua na Baía do Sol, ponto de ligação com o mar (pesca do norte ou canal do navio) e a Baía do Marajó. Logo, a pesca para o nosso

povo é realizada nos dois ecossistemas, de água doce e salgada, favorecendo o exercício da atividade o ano todo com pescas de mariscos: camarão da água doce e salgada, caranguejos, siri, turu e caramujos (os mais consumidos pela comunidade); pesca de peixes: bagre, pescada amarela, gurijuba, piramutaba, dourada, pescada branca, cação, pescada gó, xaréu, carataí e outros (que mesmo com estoque reduzido, a variedade é maior).

As figuras nº 8, 9, 10 e 11 são imagens dos pontos de pesca da comunidade: figura 8 é o farol de Colares, a nº 9 é ponto de apoio dos pescadores em Colares, nº 10 é a foz do rio Tauá Baía do Sol e a figura 11 é um trecho do rio Tauá.

Figura 8: território pesqueiro da comunidade Espírito Santo



Fonte: arquivo pessoal (Adriano Barbosa 2019)

Ao longo dos rios, encontramos florestas de várzeas, com variadas espécies nativas (andiroba, cipós, corticeira, aninga, seringueira, ananim, verônica, floresta de açai e outras) proporcionando o extrativismo; em seu interior, na terra firme, concentram-se as residências e quintais frutíferos e com plantas medicinais. Aos fundos, uma faixa de terra se estendendo para o lado esquerdo pressionada por fazendas. Essa faixa de terras é utilizada para pequenas roças de mandioca e hortas, favorecendo a agricultura familiar. Os córregos que adentram o interior da vila são ricos em fontes de água doce (hoje em escassez por causa da derrubada das matas ciliares e da erosão provocada pelas chuvas). Ao lado direito, predomina floresta de várzeas e cerca de 200 a 300 metros de terra firme, fruto de uma luta contra um fazendeiro que queria grilar.

A estrada que liga a vila à sede do município (cidade de Santo Antônio) tem uma extensão de 12 km; segundo Brioso (1976), a mesma é uma extensão da PA 133 e é cortada pelo igarapé Uxiteua (afluente do rio Tauá).

3.2.2 Características sociais

A população está estimada em 422 famílias e cerca de 2.520 habitantes, incluindo as comunidades vizinhas (1º TC, 2015). A comunidade possui duas escolas, uma unidade básica de saúde da família, duas quadras para eventos, uma praça, três campos de futebol, uma igreja e uma capela Católica, cinco igrejas Evangélicas, um trapiche, colônia de pescadores Z-27, um mercado, sistema de água potável, energia elétrica, linha de transporte público, transporte alternativo, três estaleiros de construção naval artesanal, duas academias de ginástica, um Cartório de Registro Civil, duas associações, uma cooperativa de produtores rurais, um *cyber*, duas lojas de roupas, vários mercadinhos, três casas de farinha, três lanchonetes, um sistema público de telefonia e duas oficinas de motocicletas. É composta por seis ruas, oito travessas e cinco bairros (Muruci, Centro, Areia Branca, Marrocos e Bairro Verde). Essa foi a pesquisa do perfil da comunidade estudada no Tempo Comunidade. Dados atualizados (TC, 2015).

3.3 Território tradicional de pesca e os dilemas sócio-ambientais e territoriais

Tomando por base a leitura de alguns teóricos que problematizam sobre territorialidade: Rogério Haesbaert (2011), Moura (2014) e Furtado (2004), dentre outros, não se chega a uma definição única a respeito da categoria, as visões são variadas, mas ao mesmo tempo comungam com a ideia de que os territórios são ocupações antigas de povos tradicionais, portanto, permeados de culturas, conhecimentos, símbolos, rituais, cosmologias e outros elementos desses povos que antecederam nossa comunidade contemporânea.

Partindo desse pressuposto, territórios tradicionais de pesca não são um vazio esperando para serem ocupados por megaprojetos desenvolvimentistas de empresas e governos neoliberais, a exemplo da ocupação em nosso território: indústrias pesqueiras, portos e mineração (Alunorte, Total, Porto do Conde - em Barcarena, Empesca, entre outras empresas). Essa realidade é recorrente nas falas dos pescadores e suas famílias, como vimos nos TC, o período da fartura do peixe acaba com a destruição de alguns locais de pesca pela degradação ambiental, a exemplo do Sr. Luiz Barbosa de Seixas, de 67 (de apelido Neco) “A Alunorte acabou com o ponto de pesca da Baía do Arrozal, em Barcarena, e a Sotave

derramava grande quantidade de óleo na boca do Maguari e acabou com o ponto de pesca na frente de Icoaraci”.

A figura abaixo mostra a pesca do caranguejo. Uma das atividades que os pescadores da comunidade exercem no período propício para a coleta do caranguejo, esta floresta de mangue pertence ao município de Colares e Vigia.

Figura 9:



Fonte: Arquivo pessoal (Adriano Barbosa 2019)

Na medida em que o pescador artesanal se organiza na microrregião do salgado, novos desafios aparecem, a luta por reconhecimento do território coletivo de pesca contra o mau uso dos recursos naturais tem sido uma preocupação de estudo sobre esses territórios de pesca. Com a inserção de pescadores na faculdade de Etnodiversidade e a ajuda dos professores do Curso de Etnodesenvolvimento, estaremos levando adiante estudos de relevância na área da pesca nos territórios, suas especificidades e suas particularidades, bem como seus saberes e fazeres costumeiros na identificação dos recursos e sua ética no trabalho e respeito à biodiversidade.

É tempo de entendermos que as condições sociais e econômicas não irão mudar até que construamos mobilizações consistentes para garantir nossas legitimidades, mediante as políticas públicas afirmativas de governo e consolidá-las para nosso povo. Somente através de amplo debate no campo jurídico, político/organizativo poderemos dialogar com

autonomia com os órgãos governamentais, instituições de pesquisas, partidos políticos e outros setores da sociedade civil.

A produção de pesquisa sobre a pesca artesanal realizada por nós, estudantes do Etnodesenvolvimento, poderá contribuir com informações sobre o território tradicional de pesca, responder às demandas levantadas nos Tempos Comunidades (TC) no que diz respeito à educação, que inclua a atividade pesqueira na comunidade; à economia, explorando sua potencialidade e fragilidade, encontrando meios para superar, e demandar ao poder público local ações concretas de apoio e fomento a programas comunitários voltados para a geração de renda, fortalecendo direitos à vida digna e conservação do meio ambiente.

O devido reconhecimento do espaço como território abrange sucessivas discussões tanto para a academia como para “nós”, povos que reivindicamos esses espaços como pertencimento dos nossos conhecimentos. Nietschmann (1989. Apud. MOURA, 2014, p.83) afirma que.

[...] O território é uma produção conceitual (produção de conhecimento) a partir do espaço. No entanto, não é apenas um território que permanece nos limites do conhecimento e nas relações sociais definidas pela produção do conhecimento, mas também produzidas pelas práticas sociais (uso de recursos naturais) e de poder (alocação de recursos Naturais) sobre o espaço reconhecidos pelos grupos [...].

Vale lembrar que os territórios a quem pertence, busca uma série de dimensões capaz de alinhar perspectivas políticas, econômicas e sociais. Não só isso, também eclodem nesse espaço os espíritos e a valorização dos conhecimentos a identidades como ser pertencente a este espaço material e imaterial. Sobretudo, o espaço territorial abrange não somente o espaço como tal, mas também um conjunto de valores arraigados na cultura ancestral dos povos das águas, das florestas. Assim sendo, Luciano Gersem (2006) menciona um conceito de território para melhor compreender a dimensão e significados para os pescadores e pescadoras da comunidade do Espírito Santo.

[...] Território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. Território, portanto, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva [...] (GERSEM, 2006, p. 101).

Essa autonomia de ações é necessária para assegurar que os frutos dos esforços político e organizacional sejam incorporados por nós para benefícios individuais e coletivos e não sejam apropriados pelos lacaios da sociedade, muito menos por discursos políticos ou partidos políticos e agências intermediárias para satisfazer fins esporádicos. Mas há de se reconhecer que precisamos de aportes financeiros para a coleta e sistematização desses

dados, assim como suporte técnico que permita auxiliar a pesquisa sobre o território e organizá-la.

4. Problemática

As ameaças históricas ao território pesqueiro sempre existiram, porém eram vistas como algo naturalizado, como se o espaço físico das águas não pertencesse a ninguém e ao mesmo tempo a todos e Deus cuidava da abundância, por exemplo, para minha família, ver os filhos se fartando de peixe era uma grande satisfação, pois transparecia em seus olhos, sorrisos e em suas palavras. Nesse sentido, nosso pai e avô diziam: “Comam meus filhos, podem comerem, tem muita fartura de peixe. Papai do céu nos abençoou”.

Ouvíamos essas palavras quando eles (pai e avô) chegavam da pesca, trazendo a parte que lhes cabia de peixes após a divisão entre os seus companheiros de viagem, principalmente quando podíamos escolher o que comer (peixe assado de brasa, moqueado, frito, desfiado, peixe salgado cozido com legumes da roça, etc.), e nossa mãe ralhava porque achava que podíamos estar desperdiçando peixe. Assim, crescemos em meio à fartura de peixes (de água doce e salgada), acreditando que as palavras ditas por nossos pais, mestres destas águas, realmente eram verdades.

A crença nas palavras dos antepassados e a quantidade de peixes que chegava na vila, dava-nos a certeza de que os peixes nunca iriam acabar, nossas mesas sempre seriam fartas e também que não teríamos concorrentes poderosos. Até que um dia, o peixe começou a falhar (décadas de 1970/80), os pescadores tiveram que ir mais longe, as viagens se tornaram mais demoradas e, como consequência disso, uma barca pesqueira passou por cima da canoa de um pescador da comunidade, partindo-a ao meio, matando um pescador e deixando três à deriva por três noites e três dias. Esses fatos contribuíram para o despertar de consciência dos pescadores para o fato de que o peixe não era infinito e suas áreas de pesca estavam em perigo.

Fato este argumentado por pescadores (as) da comunidade supracitada nos Tempos Comunidades (TC). Os pescadores (as) relatam de forma pesarosa que com a chegada das barcas pesqueiras (indústria de pesca) vindas do Nordeste, os peixes e seus ninhos acabaram. Nesse período, a piramutaba foi quase à extinção, pois essas embarcações afugentaram outras espécies de peixes.

A introdução das embarcações motorizadas ocorreu em nossa comunidade a partir das décadas de 70 a 80, até então, as canoas (casco, montaria, bolacheira, vigilenga) de pesca

eram movidas por velas (vento) e remo (energia humana). A desestruturação dos modos de vida dos pescadores e de suas famílias só começa a ser percebida quando estes migram de atividades, pois deixam de exercer a pesca e passam a outras atividades como: comprar peixe no Ver-o-Peso para revender nos bairros de Belém e Icoaraci; funcionários nas empresas de mineração de Barcarena como prático (piloto de lanchas); nas indústrias de pesca exercendo atividade de prático; cobrador de ônibus na cidade e empregados como ajudante de pedreiros; firmas de madeiras, entre outras.

Os acontecimentos acima estão relacionados a dois fatores que atingiram direto o território pesqueiro e a vida socioeconômica dos pescadores artesanais da comunidade, sendo estes, o ambiental, através da pesca predatória das indústrias pesqueiras que migraram do Nordeste (Ceará) e a de cunho da gestão do estado sobre o território, a partir de uma visão economicista, gerando conflitos entre o estado, que libera a pesca para as grandes empresas, os pescadores artesanais, que estão no território há gerações numa interrelação de pertencimento, e empresários da indústria pesqueira, disputando o mesmo espaço de forma desigual.

5. Investimento na Amazônia

O desenvolvimento imposto pelo governo na pesca não está deslocado de um projeto maior, que é a ocupação da Amazônia, a partir de uma ótica desenvolvimentista, colonizadora e capitalista. É um processo com várias etapas (ciclo da borracha, terras sem homens para homens sem terras, aberturas de estradas, industrialização - Zona Franca de Manaus, entre outras), segundo os autores (FURTADO, 1990; SENA, 2005, LOUREIRO, 2009; COUTO e MARIN, 2018).

Os projetos de desenvolvimento para o setor pesqueiro são iniciados na década de 70, incentivando a indústria pesqueira a se implantar no estado do Pará, a exemplo do parque industrial pesqueiro no distrito de Icoaraci, na capital, Belém. Nesse período, empresas de pesca, motivadas por incentivos fiscais garantidos pelo governo, são instaladas em Icoaraci.

A partir da década de 70, implantou-se, no Pará, o parque industrial pesqueiro sob a égide dos recursos oriundos da política de incentivos fiscais para a Amazônia, iniciando-se, efetivamente, a pesca industrial em áreas de alto mar, não alcançáveis pelos pescadores artesanais devido à simplicidade de tecnologia que eles detêm, incompatível com viagens à longa distância e tempo de permanência. (FURTADO. 1989, p. 41.).

Com o advento das embarcações motorizadas, o regime da pesca é modificado, a capacidade de uma embarcação motorizada no mínimo era de três toneladas, os tripulantes contratados, o mínimo era de cinco pescadores por embarcação, a despesa também era maior, assim como a sua manutenção. Os pescadores que outrora eram autônomos passaram a ser contratados por proprietários, deixaram de produzir sua própria alimentação passando a comprá-la dos proprietários da pesca.

Esse processo era perverso para nós, chegando ao ponto de meu pai ser negociado junto com a embarcação que estava sendo vendida pelo patrão, e só ficou sabendo da transação ao chegar da pescaria. Nessa época, nossa Vila sente diretamente a perda do seu território com a chegada da indústria pesqueira em paralelo com as embarcações motorizadas. As ameaças ao território de pesca tradicional continuam. Empresas petrolíferas e expansão de portos na região são ameaças atuais.

Atualmente, projetos como hidronegócio, hidrovíarias, hidrelétricas, carcinicultura, petrolíferas, projetos de fomento (FNO, PRONAFE), entre outros, interferem diretamente no nosso modo de vida, dos nossos territórios tradicionais. A lógica não mudou. Os investimentos, sempre voltados para o capital, a exemplo do Fundo Nacional do Norte – FNO, na década de 90, não observando as características peculiares das práticas dos povos que se dedicam às atividades pesqueiras e do próprio setor artesanal nessa região, levaram ao endividamento dos pescadores, fortaleceram estaleiros de ferro, lojas de vendas de objetos de pesca (redes, linhas, motores) e a indústria pesqueira.

A oferta indiscriminada de embarcações de ferro para o setor pesqueiro artesanal interferiu diretamente nos nossos modos de vida bem como em nossos territórios, que, anteriormente (década de 80), fora bastante degradado pela pesca industrial do camarão e da piramutaba, causando a exaustão de algumas espécies de peixes como a própria piramutaba, comprometendo diretamente a fauna e a flora marítima regional, tal como Furtado (1990) e SENA, (2005) também registram nas áreas de pesca litorânea paraense.

Nós, povos tradicionais, nas condições de detentores e produtores de conhecimento do território tradicional de pesca, conhecimento conceituais e de atividades, segundo Moura (2017, temos o direito de construir nossos próprios projetos de vida e não queremos servir ao projeto desenvolvimentista do estado moderno colonizador que nos persegue, expulsa-nos e nos criminaliza. É preciso dar um basta nesses projetos de morte. Nessa perspectiva, o presente trabalho discute a possibilidade do reconhecimento do território tradicional de pesca da comunidade de Espírito Santo do Tauá.

6. Justificativa

A discussão sobre Etnodesenvolvimento, enquanto ideia, brota dos povos indígenas por meio das conferências internacionais Simpósio sobre Fricção Interétnica na América Latina, realizado em Barbados (1971) e organizado pelo Instituto de Berna, na Suíça; Movimento de Liberação Indígena na América Latina, realizado em Barbados (1977) e organizado pelas Universidade das Índias Ocidentais, e Reunión de Expertos sobre Etnodesarrollo y Etnocídio en América Latina, realizada na Costa Rica, no Centro de Estudios Democráticos de América Latina (1981) e organizado pela FLACSO, com o apoio da UNESCO.

Essa ideia estabelece princípios para contrapor o genocídio cultural. Esses princípios são inegociáveis para r(e)estabelecer autonomia, autogestão dos povos indígenas. Tais princípios se fundamentam nos principais instrumentos: etnocídio, enquanto problema; território: posse autonomia, autogestão e participação; patrimônio cultural: direito ao acesso, utilização, difusão e transmissão; educação diferenciada: bilíngue, contextualizada de acordo com os modos de vida dos grupos étnicos, formação de etnoprofissionais (médicos, professores, engenheiros, advogados, etc.); comunicação: acesso aos meios e sistemas de comunicação moderna e que estimule comunicação e trocas de informações entre os grupos étnicos dentro e fora das fronteiras nacionais e entre estes e os pesquisadores/profissionais que trabalham com eles; aparato político-jurídico.

Embora os conceitos e princípios sobre Etnodesenvolvimento parta os povos indígenas, os mesmos se aplicam às comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, ribeirinhos (as), pescadores (as), agricultores (as), etc.), pois estas também estão no mesmo patamar de genocídio cultural. Seus modos de vida, territórios, cultura e identidade estão ameaçados.

No caso específico que este trabalho descreve sobre o reconhecimento do território tradicional de pesca da nossa comunidade, isso se torna mais complexo por não se ter uma legislação específica sobre o território tradicional de pesca. Partindo dessa constatação, é necessário fazer buscas de mecanismos legais que nos insira enquanto comunidades tradicionais, tais como: o Artigo 8º da Constituição de 1988, 169 da OITE, decreto 6.040/2007. Este último embasou a Campanha Nacional da Pastoral dos Pescadores (organização ligada à linha social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB) para o reconhecimento do território pesqueiros.

O referido decreto 6040/07 (BRASIL, 2007), define no Art. 3º a inclusão às comunidades tradicionais e propõe os seguintes objetivos:

- I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
- II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- III - implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;
- IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

Outra transversalidade deste estudo é chamar a atenção ao simbolismo nutrido pelos pescadores(as) tradicionais no seu território. Trata-se da natureza mística, espiritual, dos tabus, dos lugares sagrados (mãe d'água, boto, Iara, lagos encantados, cidades submersas, entre outros) que a profissão e as águas exercem sobre esses fenômenos que estão conectados entre homem e natureza, a atividade pesqueira, a produção de alimentos, a fabricação dos objetos de pesca e os cuidados que se estendem entre a sorte e a proteção.

Os saberes e conhecimentos estão sempre ligados com a natureza numa produção coletiva. Nesse sentido, trata-se de um território comunitário.

A principal finalidade do reconhecimento do território pesqueiro é a conservação considerando duas vertentes: a longevidade desses territórios às futuras gerações, garantindo permanência dos próprios pescadores artesanais, e manter o equilíbrio natural; do contrário, teremos que lamentar, como já acontece hoje, e nos acostumarmos com grandes desertos de água.

Entregar os territórios pesqueiros aos grupos econômicos nacionais e transnacionais como petrolíferas, mineradoras, empresas portuárias e indústrias de pesca, que são vorazes predadores, é levar à extinção centenas de seres vivos, a exemplo dos corais recém descobertos na foz do Amazonas, e ameaçar centenas de comunidades de pescadores tradicionais no estuário paraense e nas ilhas. A poluição, o desequilíbrio ambiental e os desastres ambientais serão ameaças constantes para a nossa vida, a exemplo das mineradoras que invadiram o território das comunidades tradicionais de Barcarena.

Na conjuntura política atual, a biodiversidade aquática, bem como o sistema hídrico da costa paraense, vem sofrendo ataques por conta das petrolíferas, indústrias de pesca, mineradoras e indústria de beneficiamento de dendê. Somente com a identificação, cooperação e um estudo mais avançado por meio da Universidade Federal do Pará e de órgãos ambientais estaduais e federais vai ser possível delinear propostas que possam dar

cabo aos dilemas sócio-ambientais decorrentes dos ataques aos territórios pesqueiros. Lourdes Furtado (1990) destaca os malefícios da indústria de pesca no estado:

(...) Tais evidências intensificam-se na razão direta da exploração pesqueira das empresas industriais sediadas na Amazônia e, particularmente no Pará. Estas, em geral, foram contempladas com recursos oriundos da política de incentivos fiscais, geridos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Importa porém, dizer que a ação destas empresas, não obstante os benefícios que têm gerado ao setor de exportação estadual, tem se revestido de práticas predatórias de efeito perverso, tanto para a natureza do ecossistema marinho, litorâneo, estuário e fluvial do Estado do Pará como para a sociedade, que tem nos recursos da natureza parte vital para sua sustentação. Predam a cadeia alimentar que tem um efeito direto sobre as espécies vivas desses ambientes, comprometendo a sua reprodução biológica o que, conseqüentemente, refletir-se-á nas condições objetivas da população que depende da pesca dessas espécies. (FURTADO, 1990, p.45).

Todos esses dados de pesquisa necessitam ser organizados, gerenciados também com os pescadores artesanais para que estes se sensibilizem da importância dos seus conhecimentos tradicionais, técnicas, organização social na luta por direitos, defesa e fortalecimento dos seus territórios e de suas organizações representativas.

No espaço do Tempo Comunidade percebo que os problemas apontados acima (pesca industrial e gestão do estado capitalista) nos territórios da pesca artesanal se ampliaram, outros investimentos estão sendo feitos como as petrolíferas, portos e a navegação de navios cargueiros, utilizando o mesmo espaço indiscriminadamente sem qualquer marco regulatório por parte do estado, ignorando a existência de um território tradicional de pesca.

Nas reuniões com os pescadores e comunitários, essas realidades foram pautas de discussão apontando para um estudo aprofundado do assunto, na perspectiva de contribuir para o reconhecimento do território pesqueiro artesanal da comunidade, pautados pelos nossos conhecimentos tradicionais e científicos, este último alicerçado e respaldado pelo etnodesenvolvimento e sua metodologia de extensão comunitária, na construção da autogovernança desse território.

A produção deste trabalho, subsidiado pelo calendário tradicional da pesca artesanal, o mapeamento dos territórios pesqueiros da comunidade e o acordo de pesca (em construção) serão fundamentais para contribuir na resistência dos pescadores e comunidade, evidenciando elementos que comprovem o pertencimento dos povos tradicionais a esses territórios. Isso é o que desejo ao finalizar este trabalho.

7. Objetivos

7.1 Objetivo Geral

Contribuir para a regularização do território tradicional de pesca da comunidade de Vila do Espírito Santo do Tauá.

7.2 Objetivos específicos

- I. Mapeamento do território tradicional da pesca de Vila do Espírito Santo do Tauá.
- II. Identificação das áreas de conflitos e as ameaças externas.
- II. Construção do calendário ecológico tradicional da pesca.
- III. Construção da cartografia social do território tradicional de pesca.
- IV. Conservação do território tradicional da pesca.

8. Metas

- Formalização de parceria com instituições governamentais com a sociedade civil: Faculdade de Etnodiversidade, Nova Cartografia Social da Amazônia / UFPA, ICMBIO, IBAMA, Colônia Z – 27, Associações, Secretaria de Meio Ambiente Municipal (SEMAS) para construção da cartografia social do território pesqueiro da comunidade.
- Mapear o território.
- Realizar uma oficina para divulgar os trabalhos realizados pelos egressos e acadêmicos do Curso de Etnodesenvolvimento, assim como discutir as agendas do cronograma do plano de ação.
- Criar três núcleos com as famílias de pescadores na comunidade para o fortalecimento da resistência em defesa do nosso território tradicional de pesca.
- Realizar um seminário com órgãos e instituições governamentais: ICMBIO, IBAMA, SPU, SEMAS, MPF, DPU, DPE, MPE para discussão e reconhecimento do território pesqueiro tradicional da comunidade de Espírito Santo do Tauá.
- Produzir um documento/dossiê sobre o território.
- Encaminhar o documento/dossiê aos órgãos competentes e autoridades para o reconhecimento.

9. Metodologia

A execução do proposto Plano de Ação estará escrita na pesquisa qualitativa e utilizará os resultados dos meus trabalhos de base na comunidade; os trabalhos de Iniciação Científica (Calendário Ecológico Tradicional da Pesca de Espírito Santo e o Mapa do Território Tradicional da Pesca de Espírito Santo); os resultados dos Tempos Comunidades (TC) e as ações planejadas nas metas: reuniões, oficinas, construções de mapas mentais e organizações de núcleos.

Esse enfoque foi determinado (Plano de Ação: Reconhecimento do Território Tradicional da Pesca) pelos pescadores e pescadoras, agricultores e agricultoras, apanhadores de açaí, mulheres, jovens nos TC e em três reuniões com a comunidade, a saber: a primeira reunião aconteceu na Escola Francisco Solano, durante o dia (junho/2017), e na noite do mesmo dia, realizamos uma segunda na comunidade de Tracuateua da Ponta, (comunidade vizinha à nossa, que utiliza o mesmo território de pesca). Nessas reuniões estava presente o orientador do TC, Gustavo Moura. A terceira reunião foi realizada na Escola Clara Palheta (setembro/2018), quando foram tratados dois pontos de pautas, a saber: Discussão do PPP da Escola Francisco Solano e a definição dos nossos projetos de ação na comunidade de conclusão do curso (TCC).

As avaliações, reflexões, entrevistas nos tempos comunidade (TC), extensão de pesquisa do Curso de Etnodesenvolvimento, (aprendizagem e pesquisa comunitária) contribuíram no diálogo e debates para a formulação deste trabalho. Portanto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é fruto dos Tempos Comunidade, que ao longo desses quatro anos foram amadurecidos na escola comunitária (para mim, os Tempos Comunidade (TC), foram verdadeiras escolas comunitárias de aprendizagem) dos TC e enriquecidos nos TU através dos referenciais teóricos (que subsidiam o referido trabalho e outros) orientados pelos professores do Etnodesenvolvimento, possibilitando-me a realização desse processo de pesquisa autoetnográfica (VERSIANI, 2002) e relacional entre comunitários-discente-docentes.

9.1. Descrição das metas do Plano de Ação a serem realizadas

9.1.1 Meta 1: Parcerias

Para a concretização do referido plano, é necessário o apoio mútuo das instituições do governo que trabalham com a gestão territorial e fiscalização. Nesses aspectos, as principais parcerias serão com o IBAMA, o ICMBIO e a SEMAS. As instituições de

pesquisas da Faculdade de Etnodiversidade/UFPA e a Nova Cartografia Social da Amazônia/UFPA, entre outras instituições, desempenharão papel importante, pois estarão fundamentando, pelo conhecimento científico, a territorialidade do nosso território e as organizações sociais: a Colônia Z-27 de Santo Antônio do Tauá e as associações comunitárias. São essas instituições que irão respaldar o Plano de Ação.

É importante considerar sobre o papel das parcerias, que limitam as suas atribuições que serão descritas nas cartas de intenção a suas contribuições no plano. As cartas de intenções serão elaboradas pelo núcleo⁵ da comunidade que é composto por egressos do Curso de Etnodesenvolvimento e comunitários, vinculado à Rede de Etnodiversidade⁶ dos povos e comunidades tradicionais.

- O IBAMA e o ICMBIO, por serem órgãos federais de fiscalização e gestão que possibilitarão o acesso às normas e aos mecanismos para atenuar os conflitos externos e internos que o território está envolvido, bem como garantir pareceres técnicos a respeito do reconhecimento do território tradicional de pesca. Outro fator importante na parceria com esses órgãos é acesso aos dados sobre os impactos socioambientais.
- A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santo Antônio do Tauá (SEMA) contribuirá com apoio à logística e moderação nas atividades previstas no referido plano: mapeamento, oficinas, seminário e assembleias, além de envolver o corpo técnico durante esse processo.
- A Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAS) deverá exercer a parceria no âmbito mais das políticas sociais dos pescadores (as) e suas famílias, poderá fazer o diagnóstico socioambiental e econômico das famílias, assim como contribuir com a logística de todo o processo, e também poderá contribuir nas oficinas de educação ambiental para a comunidade.
- A Faculdade do Etnodesenvolvimento/UFPA e a Nova Cartografia Social da Amazônia, contribuirão na elaboração da cartografia social do território, na

⁵ Os núcleos são organização de base formada por um número pequeno de pessoas locais, que formam a Rede de Etnodesenvolvimento.

⁶ A Rede de Etnodesenvolvimento constitui-se numa associação sem fins lucrativos, político-partidários, religiosos e econômicos, de direitos privados, de âmbito nacional, composta por membros de povos indígenas, de quilombolas e de comunidades tradicionais. Tem como finalidade fomentar e unificar a luta, a resistência, a mobilização e a comunicação entre os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais contra o genocídio cultural.

elaboração de documentos técnicos e na assessoria das etapas da elaboração do dossiê, orientando e propondo o referencial teórico que será utilizado.

- A Colônia de Pescadores Z-27 de Santo Antônio do Tauá e as Associações são organizações que terão papel fundamental na mobilização, organização e deverão assinar as parcerias com as organizações indicadas neste plano. Além de solicitar da REDE de Etnodesenvolvimento um plano de comunicação para a luta pelo reconhecimento do território tradicional de pesca, a Z-27 poderá firmar parceria com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), que já está buscando o reconhecimento do território nacional da pesca artesanal.

Quadro 1 - Atividades

Atividades	Duração	Responsáveis	Data	Descrição da atividade
Elaboração da carta de solicitação de parcerias	1 mês	Núcleo Tauá	Abril/ 2020	Buscar fechar as parcerias com instituições de pesquisas, associações, órgãos governamentais

9.1.2 Meta 2: Mapeamento do território tradicional da pesca

A realização da cartografia social do território pesqueiro identificará as ameaças externas e as áreas de conflitos, as comunidades itinerantes de pesca, os pontos pesqueiros, berçários, lugares sagrados e outros elementos da ictiofauna, cosmologias, biomas e ecossistemas marítimos. Será um mapeamento mais completo do território.

A respeito da Cartografia Social⁷ do território, iniciamos um diálogo em 2018 entre os discentes do Etnodesenvolvimento de Espírito Santo do Tauá (Adriano, Ronaldo, Ana, hoje membros do núcleo do Tauá), o professor Gustavo Moura e a professora Rosa Acevedo para discutirmos as possibilidades do mapeamento territorial.

⁷O Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia refere as comunidades tradicionais, cujos efeitos se manifestam, de maneira diferenciada, nos resultados obtidos. Esta descrição de pretensão plural compreende práticas de trabalho de campo e relações em planos sociais diversos, que envolvem múltiplos agentes, os quais contribuiriam à descrição com suas narrativas míticas, suas sequências cerimoniais, suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço) e objetos. Leia-se: Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In. Povos e Comunidades Tradicionais. Catálogo, Livros, Fascículos. Manaus, PNCSA/UEA 2013, pp. 157.

9.1.3 Meta 3: Oficinas

Nessa meta, cumprimos as oficinas de capacitação para a comunidade e pescadores (as) que estarão envolvidos diretamente no plano. Essas oficinas tratarão de temas relacionados a essa proposta contribuindo na compreensão dos seus objetivos e suas etapas de implantação, sendo os seguintes temas: Cartografia Social do Território de Pesca; Planos de Ação voltados para a comunidade pesqueira dos alunos egressos do Curso de Etnodesenvolvimento e megaprojetos que ameaçam o território pesqueiro.

As oficinas serão realizadas por instituições, tais como: MPF, MPE, UFPA e pessoas capacitadas para tal fim, como os egressos do Curso de Etnodesenvolvimento. Antes das oficinas será realizada uma reunião para retomar o diálogo da cartografia entre os parceiros, como veremos na figura 8. A seguir, os detalhes de cada oficina:

- Realizar uma reunião entre o núcleo Tauá, os docentes do Curso de Etnodesenvolvimento e a professora Rosa Acevedo para retomar a discussão sobre a Cartografia Social do Território de Pesca. A finalidade dessa reunião será fazer uma agenda para as oficinas da cartografia. Nesse sentido, será estabelecida uma planilha de custos e distribuições de atividades. Participarão dessa reunião cinco pessoas.
- Oficina 1: Trabalhos de Conclusão de Curso: O objetivo dessa atividade é dar conhecimento à comunidade dos planos de ação (TCCs) elaborados pelos egressos do Curso de Etnodesenvolvimento a serem desenvolvidos na comunidade, tais como: educação (temas que podem ser incorporados no currículo escolar), construção naval (utilizando as madeiras em deterioração da várzea), construção de acordo de pesca e mobilização social para garantir o território pesqueiro da comunidade. Serão realizadas três oficinas no período da festividade de São Pedro.
- Oficina 2: Megaprojetos: o objetivo é discutir as ameaças externas dos megaprojetos (petrolíferas, portos e indústrias pesqueiras) que serão implantados em nosso território. Serão convidadas diferentes instituições, tais como: UFPA, Etnodesenvolvimento / UFPA, MPE, DPE e MPF, que irão dialogar com o referido tema. Será em forma de roda de conversa a partir das temáticas, participarão até 30 pessoas e terá a duração de um dia. Os registros serão feitos por meio de vídeos, desenhos, fotos e relatórios.

- Oficina 3: o objetivo é construir a cartografia do território tradicional de pesca da Vila, serão realizadas três oficinas (cada oficina com duração de dois dias), participarão cerca de 15 pescadores (as). Essa atividade está sujeita às decisões que serão tomadas na reunião, conforme descrição na figura seguinte.

Quadro 2 - Reuniões e oficinas

Atividades	Duração	Responsáveis	Data	Descrição da atividade
1- Reunião para retomar os contatos sobre a cartografia.	3 horas	Núcleo Tauá	Mai/2020	Fazer a agenda e discutir orçamento e a logística para a construção da cartografia
2- Oficina 1 - Planos de Ação para a comunidade elaborados pelos egressos do Etnodesenvolvimento	3 noites na semana de São Pedro	Núcleo Tauá e autores dos trabalhos	26 a 28/06 2020	Serão apresentados seis trabalhos. A finalidade dessa oficina é fazer a divulgação dos trabalhos de TCC dos egressos do Curso de Etnodesenvolvimento e discutir a forma de implementar os trabalhos na comunidade, na escola (currículo escolar) e nas políticas públicas (educação, saúde, meio ambiente, etc.) no município.
3- Oficina 2 Megaprojetos que ameaçam o território pesqueiro artesanal	1 dia	Núcleo Tauá	29/06/2020	MPF, MPE e DPE pretendem com essa atividade informar os comunitários e os pescadores(as) sobre esses projetos e suas ameaças para o meio ambiente e seu povo. Motivando a organizar a resistência em defesa dos direitos humanos e da natureza.
4- Oficina 3 Elaboração da Cartografia Social do Território.	6 dias	Núcleo Tauá e Rosa Acevedo e Gustavo Moura	Mês 8 a 11/2020	Nessas atividades será construído o mapa do território artesanal da pesca de Espírito Santo do Tauá. As parcerias são: professora Rosa Acevedo (Nova Cartografia Social da Amazônia) e o professor Gustavo Moura (docente e pesquisador do Curso de Etnodesenvolvimento).

9.1.4 Meta 4: Criação de Núcleos

As organizações de classe estão passando por um processo de descrédito na sociedade. Nesse sentido, é importante ressignificar a luta do povo. A criação de núcleos é uma forma de incentivar a participação dos comunitários nos processos de decisão e organização coletiva em defesa de seus direitos e territórios.

Nos dias 16 e 17/11/2019, aconteceu o primeiro encontro de formação dos núcleos, organizado pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre⁸, em Altamira/Pará, do qual participaram povos e comunidades tradicionais dos seguintes locais: quilombolas de Salvaterra (Marajó), pescadores e extrativistas das Ilhas de Abaetetuba, pescadores de Santo Antônio do Tauá; Indígenas: Gamela, do Maranhão; Munduruku, de Jacareacanga; Borari, de Alter do Chão; extrativistas da Verde Para Sempre, de Porto de Moz, pescadores, ribeirinhos, agricultores e garimpeiros da Volta Grande do Xingu e do lago de Belo Monte.

Seguem alguns princípios sobre a organização de núcleos elaborados pelos participantes do evento citado a cima:

- **Pontos principais:** Instrumento de resistência, o que chamamos de **NÚCLEO GUARDIÃO?** Núcleo Guardião é uma aproximação entre vizinhos, pessoas da mesma classe social e econômica, que têm amor pela terra, pela água, pela natureza e pelos seres encantados; pessoas que respeitam a vida reprodutiva da natureza, que conhecem o manejo das águas e da floresta, o desejo e os sonhos de quem está próximo (e desejam lutar juntos para que esses sonhos se realizem), que também conhecem os sonhos e desejos da natureza, pois uma árvore não pode morrer sem deixar suas sementes. Assim como os seres da Floresta, as pessoas não podem viver só, é necessário haver, sempre, vida coletiva. Não existe uma única voz, existem vozes para se defenderem.
- Como expressão de suas **AÇÕES**, os Núcleos devem atuar em uma amplitude de áreas e/ou temas, tais como: saúde, conservação da natureza e educação ambiental, fomentação de quintais produtivos, aprofundamento e fortalecimento dos conhecimentos ancestrais, promoção de espaços de integração, entre outros. Como exemplos de **AÇÕES DIRETAS**, observam-se: autodemarcação, ações de proteção territorial/autodefesa, elaboração de protocolos de consulta, quando for o caso, com poder de veto, acompanhamento das leis que afetam o território e as comunidades, autocuidado e cuidado coletivo contra depressões e tristezas, retomada do território, entre outras.

⁸ O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), foi criado em 2008 pelos povos originários e comunidades tradicionais da bacia do Rio Xingu para defender o Rio contra a barragem de Belo Monte.

- Para serem bem-sucedidos em suas ações, os Núcleos Guardiões devem desenvolver **ESTRATÉGIAS**, tais como:
 - Nunca negociar ou “vender” os direitos das comunidades e dos territórios, rios, floresta, animais, etc.
 - Não permitir interferência de partidos e políticos profissionais em suas decisões.
 - Avaliar os parceiros, não permitindo que estes conduzam os processos, mas, sim, apoiem as decisões da comunidade.
 - Ir aos territórios uns dos outros, realizando intercâmbio.
 - Manter a horizontalidade dos núcleos, especialmente em seu poder de discussão e deliberação.
 - Replicar o trabalho dos núcleos para outros núcleos.
 - Reconhecer e estimular o protagonismo das mulheres.
 - Deve ser um espaço onde se possa levar a experiência dos rios ameaçados, inclusive para os lugares onde os rios ainda não estejam ameaçados, realizando intercâmbio entre as comunidades.
 - Deve ser um espaço da não negociação dos direitos, da não cessão aos governos ou empresas. Os governos devem ir ao território, falar diretamente com o povo.
 - Deve ser um espaço onde a experiência dos ancestrais “fale” alto. Os Munduruku nos dizem que sempre foram “capacitados” pelos mais velhos.
 - Deve ser um espaço onde, sem exclusão, as mulheres estejam à frente dos processos, com autoridade política.
 - Deve ser um espaço de construção de alianças e formação contínua, lugar onde essas alianças, com outros grupos e/ou pessoas, deverão ser realizadas com base em princípios.
 - Deve ser um espaço de acompanhamento dos processos (leis, decretos, propostas legislativas, etc.) que podem impactar os rios e a floresta.
 - Deve ser um espaço de diálogos dos povos e comunidades tradicionais.

- São **PRINCÍPIOS** dos Núcleos Guardiões:
 - Respeito à ancestralidade.
 - Autonomia do povo.
 - Não negociação com governos e empresas.
 - Discussão, deliberação coletiva e ação direta.

- Protagonismo das mulheres.
- Intercâmbio de experiências e conhecimentos.
- Como será o **FUNCIONAMENTO** dos núcleos?
 - Os Núcleos devem ser constituídos, no mínimo, com 10 integrantes, 15 no máximo, podendo ter núcleos por identidades ou pertencimento (gerações, crianças, jovens, mulheres, religiosos de matriz africana e indígena e outros).
 - Os Núcleos não terão presidente e nem uma estrutura verticalizada, o poder de discussão e deliberação será sempre horizontal.
 - Não farão promoção individual.
 - Não buscarão ações de políticas partidárias.
 - Promoverão discussões sobre identidade, território, legislação, religiosidade, educação cultural e ambiental, memória e gênero, e demais aspectos. Apoiarão projetos de intervenção (tanto para a produção, quanto para a luta política);
 - Replicarão projetos em outros núcleos.
 - Realizarão atividades culturais, onde será discutido o presente, mas também será resgatado o passado.

Quadro 3: Trabalho de base para a criação dos núcleos.

Atividades	Duração	Responsáveis	Data	Descrição da atividade
Trabalho de base com as famílias de pescadores para a criação dos Núcleos	15 dias	Núcleo Tauá	04 a 05/2020	Nessas atividades vamos discutir sobre o objetivo e princípios dos núcleos e sua formação.
Oficina de formação dos núcleos	1 dia	Núcleo Tauá	30/05/2020	Nessa atividade serão os Núcleos que discutirão suas pautas e seu aprofundamento. A participação de colaboradores para contribuir com as reflexões.

9.1.5 Meta 5: Seminário

A intenção, nesse seminário, é reunir todos os envolvidos (órgãos governamentais, organizações da sociedade, instituições de direitos humanos e da natureza) no processo para aprofundar as temáticas a respeito do território pesqueiro, documentar e registrar garantindo o reconhecimento do mesmo.

Proposta do seminário:

1º Seminário dos pescadores(as) de Santo Antônio do Tauá para o reconhecimento de seus territórios de pesca.

Objetivo: Formalizar com os órgãos competentes os procedimentos que garantam o reconhecimento do Território Tradicional de Pesca.

- Esse seminário é a convergência dos trabalhos e atividades realizados na construção do documento/dossiê que sustentará a possibilidade do reconhecimento do território tradicional de pesca.
- Para tanto, serão convidados pesquisadores, universidades, instituições de pesquisas, autoridades e órgãos competentes para discutirem sobre o tema. Entre estes estarão: IBAMA, ICMBIO, SEMAS, SEMA, MPF, MPE, DPU, DPE, prefeito e vereadores de Santo Antônio do Tauá, secretário de meio ambiente do estado, parlamentares ambientalistas, Colônia Z-27, comunidades pesqueiras de Santo Antônio do Tauá, entre outros. Serão convidadas 60 pessoas.

Programação do 1º Seminário dos Pescadores(as) de Santo Antônio do Tauá para o reconhecimento de seus territórios de pesca

Data: 28/06/2021

8h - Mística reflexão ancestral amazônica - 60 minutos (o que os encantados nos dizem, convidados: uma mãe ou pai de santo, um pesquisador, um(a) pescador(a));

9h - Formação de eixos de discussão.

Eixo 1 - Meu território, um rio que corre para o mar da ancestralidade (discussão do documento final sobre o território de pesca.)

Eixo 2 - Meu Corpo, meu rio das culturas.

Eixo 3 O rio dos encantos - Produção de conhecimento.

12h30 - Almoço.

14h - Mesa de encaminhamento, partilhando o rio para o bem comum (a partir das reflexões dos eixos da manhã. Serão formados grupos para encaminhar propostas para o reconhecimento do território).

14h30 - Trabalhos de grupos.

17h - Socialização dos encaminhamentos.

29/06/2020

8:00h - organizar das agendas dos encaminhamentos.

12:00h - almoço.

9.1.6 Meta 6/7: Elaboração do Documento/ Dossiê

Quadro 4: Finalização do dossiê sobre o território artesanal de pesca.

Atividades	Duração	Responsáveis	Data	Descrição da Atividade
Elaboração do documento	3 meses	Núcleo Tauá	03 e 04/2021	Esse documento conterà os tópicos: autografia da comunidade, cartografia social do território, legislação que trata do reconhecimento do território tradicional, sistematização dos dados coletados e nossa declaração de reconhecimento do território tradicional de pesca.
Revisão	1 mês	Assessoria especializada	06/2021	Será feita por colaboradores do Curso de Etnodesenvolvimento e consultores do MPF, DPU e DPE.
Protocolar o documento	1 mês	Núcleos do Tauá Colônia Z-27	08/2021	

11. Considerações Finais

A finalidade desse Plano de Ação, construído coletivamente com a comunidade da Vila do Espírito Santo do Tauá nas atividades dos TC, com a colaboração e orientação dos nossos professores do Curso do Etnodesenvolvimento, Campus/Soure, da UFPA, é traçar estratégias de autonomia e autogovernança do nosso território tradicional de pesca, contrapondo o nosso genocídio cultural, fabricado por grupos políticos, megaempresários e governos totalitários e colonizadores, como vem ocorrendo no Brasil ultimamente.

Nesse sentido, reconhecer o território tradicional de pesca é legitimar as comunidades tradicionais como povos originários, por estes serem pertencentes legítimos desses locais, garantindo, assim, a conservação dos seus ecossistemas (aquáticos, da terra e das várzeas), a multiplicação das vidas que deles dependem, incluindo os encantados e seus locais sagrados. Porque é essa a integração que temos, que somos como amazônidas: natureza-nós-encantados. Um não vive sem o outro, nós os completamos.

Portanto, retirar de nós nosso território, é como nos matar, adoecemos. Perdemos as forças para resistir. Nossa identidade é o nosso território. Por isso, o Plano de Ação aqui proposto é continuar aprimorando nossas defesas, nossas lutas, nossas pautas para resolver os problemas: transportes, água potável, fomento para a agricultura familiar e para a pesca artesanal, saúde, educação de qualidade, entre vários outros aspectos importantes.

Algumas metas do referido plano já estão encaminhadas, a saber: trabalhos elaborados pelos egressos do Curso de Etnodesenvolvimento, que tratam da educação de qualidade (Adenilse Barbosa. TCC, 2019), do reaproveitamento das madeiras mortas da várzea para construção de embarcações artesanais (Ronaldo Barbosa, TCC, 2018), trabalho de base na comunidade para discutir as principais pautas (educação, saúde, etnocultura, memória, meio ambiente, gênero, pesca, território, extrativismo, agricultura, entre outras).

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. S. **Primeiro tempo comunidade**. Espírito Santo do Tauá - PA, 2014.
- _____. **Terceiro tempo comunidade**. Espírito Santo do Tauá - PA, 2015.
- _____. **Quinto tempo comunidade**. Espírito Santo do Tauá, 2016.
- BARROS, F. B. **Etnoecologia da pesca na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, Terra do Meio**. Amazônia, Brasil, 2012.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. Brasiliense, 2017.
- BRASIL, **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
- BRIOSO, E. L. **História de Santo Antônio do Tauá**. Belém: Editora Grafisa, 1976.
- CONVENÇÃO Nº 169 - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT Povos Indígenas e Tribais, Genebra, 27 de junho de 1989.
- COUTO, R. C. de S.; MARIN, R. E. A (orgs). **Hidrelétrica Belo Monte: impactos na saúde**. Organizadoras. – Belém: Editora Amazônica Bookshelf, 2018.
- CRIAÇÃO de município gera protesto. **Diário de Notícias**, Pará, anno 2, p. 3, domingo 11 de setembro de 1955 (REC-T-0085).
- DELITO no lugar Tauá. órgão do partido republicano. **A República**. Pará, ano 9, nº 911, p.1, quinta feira 20 de abril de 1893 (REC-T-0048).
- DIEGUES, A. C. **A sócio-anthropologia das comunidades marítimas no Brasil**. Etnografia, vol. III (2) 1999, pp361–375. Disponível em: <<http://Ceas.iscte.pt/etnografia/vol03/n2/voliin2-361-376.pdf>>. Acesso em: 25 junho 2017.
- ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.
- FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da pesquisa - Ação**, São Paulo, vol. 31, 2005.
- FURTADO, L. G. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará: Boi. SCT-PRICNPQ. Museu Paraense Emilio Goeldi. Deptº de Ciências Humanas. *Antropol.*, 6 (1). 1990.
- FURTADO, L. G. Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. CNPQ/MPEG. Belém. 1993. 486pp.
- FURTADO, L. G. Museu Paraense Emilio Goeldi Coordenação de Ciências Humanas Antropologia UFPa – PPGCS Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia, IN: *Conflitos Ambientais do Brasil*. Henri Acselrad (organizador) Relume D Cumara. Fundação Heinrich Böll. Rio de Janeiro, 2004. pp. 57-71.

FURTADO, L. G. Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará. Belém, Emilio Goeldi, 1987. p. 366.

GERSEM, L. **Economias indígenas e os modernos projetos de Etnodesenvolvimento**. In: O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017| v4.3.41.

ILDONE, J. **Noções da História de Vigia**. Belém: Cejup: 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. O feiticeiro e sua magia. **Antropologia estrutural**, v. 5, p. 193-214, Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1975.

LOUREIRO, V. R. A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento, 2009.

MOURA, G. G. M. **Guerras nos mares do Sul**: a produção de uma monocultura marítima e os processos de resistência. Tese de doutorado em Ciência ambiental – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 151 e 153.

MOURA, G. G. M. **Guerras nos mares do Sul**: o papel da oceanografia na destruição de territórios tradicionais de pesca /Gustavo G.M. Moura. – [1.ed]. – São Paulo: Annablume, 2017.

MARQUES, J. G. W. **Aspectos ecológicos na etnoictiologia dos pescadores do complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba, AL**. Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Ecologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

NOMEAÇÃO de novos subprefeitos e suplentes para subprefeitura do Tauá e outras. **Folha do Norte**, Pará, anno 2, n. 407, p. 2, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1897 (REC-T-0076).

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. UNIC / Rio / 005 - agosto 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>

PARÁ, Lei Estadual nº. 2.460/61 de 29 de dezembro de 1961. BRIOSO, E. L. **História de Santo Antônio do Tauá**. Belém: Editora Grafisa, 1976.

PEREIRA, Edite. Sinopse de Video: História da Ocupação da Amazônia. Museu Emilio Goeldi Belém PA.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROJETO, Pedagógico do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, 2008. p.22.

PROTESTO contra a venda de terreno no Rio Tauá. **O Democrata**, Pará, p3, 07 de julho de 1892 (REC-T-0070).

RAMOS, Manoel. Pôster: Acervo da Paroquia de Santo Antônio de Lisboa. 1970.

SENA, A. L. S. **Trabalho e trabalhadores da pesca industrial no Pará face à metamorfose do capital**. Universidade federal do Pará núcleo de altos estudos amazônicos programa de pós-graduação interdisciplinar em desenvolvimento sustentável do trópico úmido. p. 369, Belém 2003.

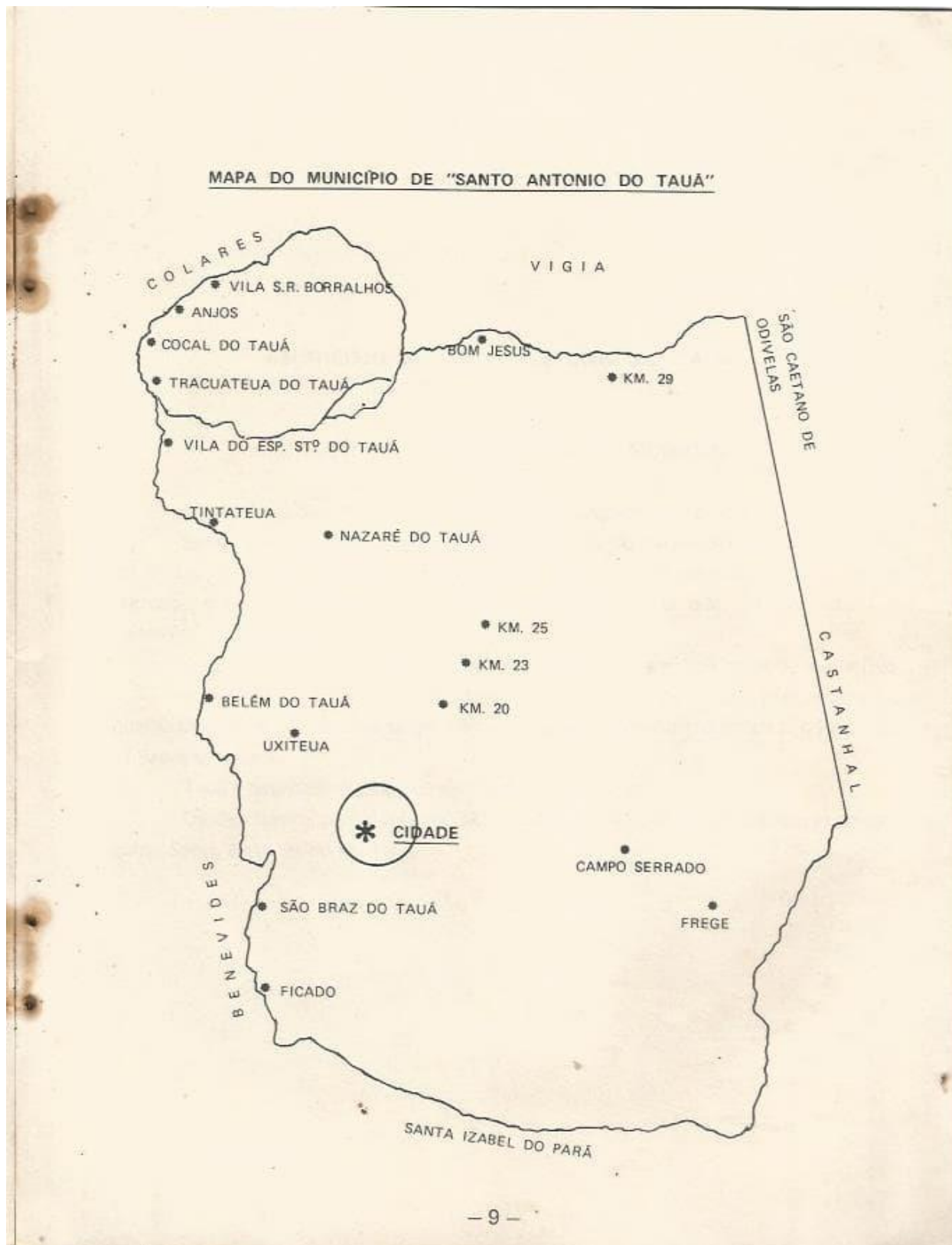
TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais, *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

VERSIANI, D. B. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2008.

ANEXOS

ANEXOS I

Mapa do Município do Tauá



ANEXOS II

Desenho da comunidade

